

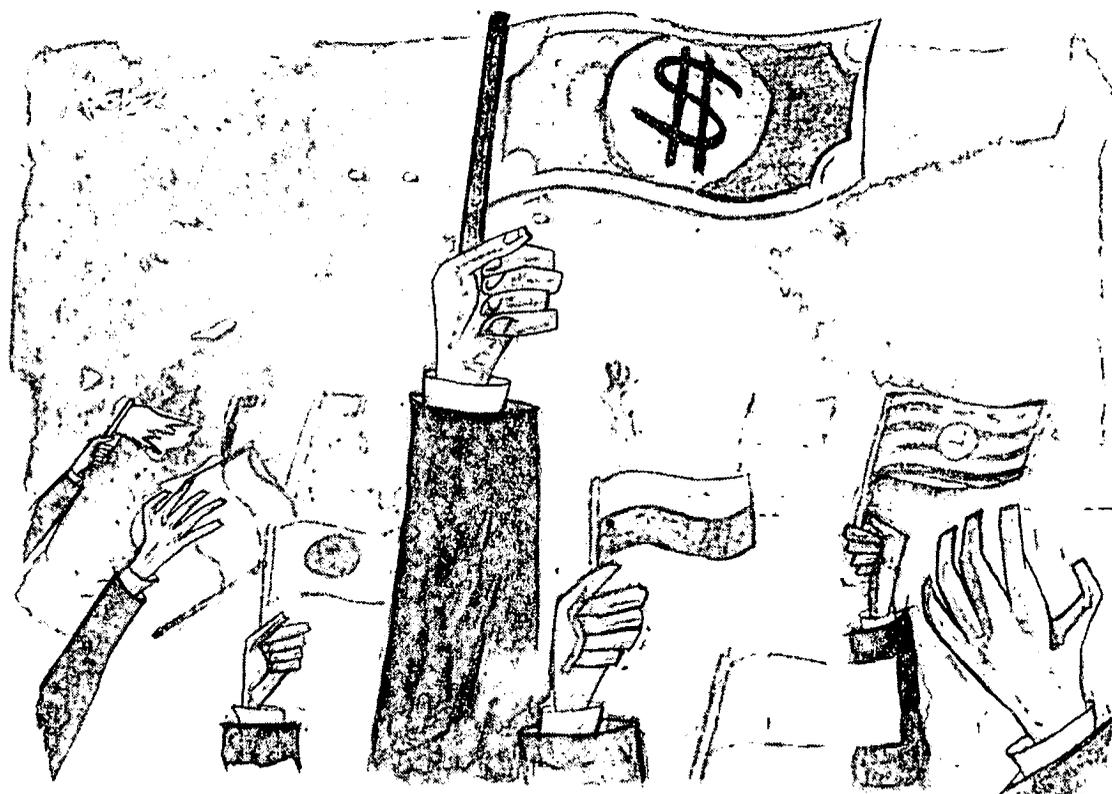
# MUDANÇA DO ESTADO

#31

Josaphat Marinho

Governantes europeus e americanos, reunidos na Alemanha, acentuaram a necessidade de mudança na concepção e nas diretrizes do Estado. De modo geral, assinalaram a urgência de reduzir ou alterar as tendências do liberalismo econômico. Presente, opinou largamente nesse sentido o presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o noticiário aqui publicado. O enviado especial da *Folha de S. Paulo*, Clovis Rossi (3.6), deu relevo aos diferentes aspectos a que se referiu o presidente brasileiro, como condicionantes da mudança proposta. Em princípio, o presidente realçou a conveniência da revisão orçamentária e financeira e de outras políticas, tendo em consideração interesses vitais da sociedade. Para tanto, ponderou, também, a urgência de serem modificados os "condicionamentos internacionais para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento". Segundo refere Clovis Rossi, o dirigente brasileiro sugeriu, mesmo, que "construir uma sociedade igualitária pressupõe reconstruir o Estado como contraponto à cegueira do mercado".

A mudança da fisionomia e da ação do Estado é reivindicação constante de todas as épocas, numas de anseio maior do que noutras. Os motivos sociais, econômicos e políticos variam de intensidade e influem no ânimo da população, determinando reações diferentes sobre o poder estatal. A falta de liberdade e de justiça social é sempre medida do estado de espírito dos segmentos sociais, nas reclamações formuladas. Na sociedade contemporânea, sobretudo depois da primeira grande guerra, as solicitações de ordem econômica têm crescido vigorosamente, em face do aumento das desigualdades sociais. Se após a segunda guerra se ampliou a idéia de proteção aos direitos huma-



nos, nela se reflete, com frequência, o fator econômico.

Diante das injustiças em exasperação, o homem de nossos dias não concorda com reformas políticas alheias à preocupação de melhor padrão de vida. O problema não é apenas do trabalhador assalariado, mas de toda a classe média, que experimenta, dia a dia, a perda de sua condição social. Se os direitos que asseguram as liberdades democráticas são essenciais e defendidos, os cidadãos vão apurando a impossibilidade ou, pelo menos, a dificuldade de exercê-los, se lhes falta condição econômica regular. Em situação econômica deficiente, ou de grave pobreza, não precisa ser de miséria, o homem não acredita nos direitos declarados. Pode até marchar para a rebeldia social e política.

Daí a oportunidade da manifestação dos chefes de Estado. Mas não basta a palavra de es-

perança. É preciso a ação reformadora, firme e planejada. Promessas já foram feitas muitas, inclusive no Brasil. O que urge é a hora dos fatos, em que as idéias se convertam em realidades. Se todos reconhecem a inevitabilidade do processo de globalização, porém o consideram injusto, especialmente para os povos pobres e os em desenvolvimento, o que cabe é lhe transformar os rumos, corrigindo-lhe as distorções. Isso é o que se impõe fazer no plano geral dos excessos do capitalismo. Não há obstáculos invencíveis quando os governos deliberam coibir abusos. Agora mesmo, em poucos meses de discussão, o juiz americano pôde determinar a divisão da Microsoft em duas empresas independentes, para evitar o gigantismo ameaçador.

Entre nós, crescem os problemas sociais e econômicos, multiplicando-se com a violência. Das escolas aos hospitais, às

empresas e aos aeroportos, para mencionar apenas os ambientes coletivos, a insegurança se generaliza. Ao lado dela, a dolorosa situação dos excluídos, que, como se observa, não vivem, padecem. Nesse quadro, e com outras razões específicas de insatisfação, avulta a inquietação social. As greves e os movimentos de rua, de estudantes e professores, ora em desdobramento no país, se por vezes se excedem, mostram que a agitação não é só política. Assim acaba de reconhecer, prudente e inteligentemente, o presidente da República. Com determinação, e acima de conveniências, ouça ele o ruído das ruas e estabeleça a tranquilidade individual e pública. Se o fizer, poderá exigir com eficácia maior o cumprimento das normas necessárias.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia, e diretor da Faculdade de Direito da Upi